

MICROPOLÍTICA DO TRABALHO NA SAÚDE E NA EDUCAÇÃO: RESISTÊNCIAS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS NAS INTERFACES ENTRE PROCESSOS FORMATIVOS

MICROPOLITICS OF WORK IN HEALTH AND EDUCATION: RESISTANCE AND
MEANING-MAKING AT THE INTERFACES BETWEEN TRAINING PROCESSES

MICROPOLÍTICA DEL TRABAJO EN SALUD Y EDUCACIÓN: RESISTENCIAS Y
PRODUCCIÓN DE SENTIDOS EN LAS INTERFACES ENTRE PROCESOS FORMATIVOS

Mayara Ingridy Botelho Rodrigues de Menezes¹

Mateus Henrique Dias Guimarães²

Ana Cláudia Rodrigues da Silva³

Michel dos Reis da Silva⁴

Daniel Afonso Gomes da Silva⁵

Rozineide Iraci Pereira da Silva⁶

RESUMO: **Introdução:** As transformações contemporâneas nos mundos do trabalho têm impactado significativamente os campos da saúde e da educação, especialmente nos modos de formar profissionais, produzir cuidado e construir conhecimento. Nesse contexto, a micropolítica do trabalho emerge como um campo analítico relevante para compreender as relações de poder, os processos de subjetivação, as estratégias de resistência e a produção de sentidos que se desenvolvem no cotidiano das práticas laborais.

Objetivo: Analisar as intersecções e tensões entre a micropolítica do trabalho e os processos formativos na saúde e na educação, explorando as estratégias de resistência e os sentidos produzidos nessas interfaces. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter teórico-reflexivo. A busca foi realizada nas bases SciELO, LILACS, MEDLINE/PubMed e Google Scholar, utilizando descritores relacionados à micropolítica, educação permanente, trabalho em saúde e formação profissional, com recorte temporal de 2010 a 2025. A análise ocorreu de forma interpretativa e crítica, identificando categorias vinculadas às relações de poder, resistência e produção de sentidos. **Resultados:** Os resultados evidenciam que a micropolítica influencia diretamente a efetivação da educação permanente, favorecendo a reflexão sobre as práticas, a autoanálise e a construção coletiva de saberes. Destacam-se a formação no cotidiano, o protagonismo dos trabalhadores, a gestão participativa e a criação de estratégias inovadoras para qualificar o cuidado e a organização do trabalho. **Conclusão:** Conclui-se que a micropolítica constitui um campo dinâmico que molda as relações, promove resistências e potencializa a construção de sentidos, contribuindo para práticas mais humanizadas, críticas e alinhadas às necessidades dos serviços e dos usuários.

Palavras-chave: Fluxo de Trabalho. Prática Profissional. Relações Interprofissionais. Práticas Interdisciplinares. Desempenho Profissional.

¹Mestranda em Saúde Pública pela Christian Business School (CBS), Paris França.

²Doutorando em Saúde Pública pela Christian Business School (CBS), Paris, França. Membro da International Epidemiological Association (IEA), 2025-2031.

³Doutoranda em Saúde Pública pela Christian Business School (CBS), Paris, França.

⁴Mestrando em Educação pela Christian Business School (CBS), Paris, França.

⁵Mestrando em Educação pela Logos University International (Unilogos), França.

⁶Ph.D. e Doutora pela Christian Business School (CBS) e Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professora na Faculdade Luso Brasileira (FALUB). Tutora na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Brasil. Doutora Docente e Orientadora da Christian Business School (CBS).

ABSTRACT: Introduction: Contemporary transformations in the worlds of work have significantly impacted the fields of health and education, particularly in the ways professionals are trained, care is produced, and knowledge is constructed. In this context, the micropolitics of work emerges as a relevant analytical field for understanding power relations, processes of subjectivation, strategies of resistance, and the production of meaning that develop in everyday work practices. **Objective:** To analyze the intersections and tensions between the micropolitics of work and formative processes in health and education, exploring resistance strategies and the meanings produced at these interfaces. **Methodology:** This is a narrative literature review with a qualitative approach and a theoretical-reflective character. The search was conducted in the SciELO, LILACS, MEDLINE/PubMed, and Google Scholar databases, using descriptors related to micropolitics, continuing education, health work, and professional training, with a time frame from 2010 to 2025. The analysis was carried out in an interpretative and critical manner, identifying categories linked to power relations, resistance, and the production of meaning. **Results:** The results show that micropolitics directly influences the implementation of continuing education, fostering reflection on practices, self-analysis, and the collective construction of knowledge. Training in everyday work, worker protagonism, participatory management, and the creation of innovative strategies to qualify care and work organization are highlighted. **Conclusion:** It is concluded that micropolitics constitutes a dynamic field that shapes relationships, promotes resistance, and enhances the construction of meaning, contributing to more humanized and critical practices aligned with the needs of services and users.

Keywords: Workflow. Professional Practice. Interprofessional Relations. Interdisciplinary Practices. Professional Performance.

2

RESUMEN: Introducción: Las transformaciones contemporáneas en los mundos del trabajo han impactado significativamente los campos de la salud y la educación, especialmente en los modos de formación de profesionales, producción del cuidado y construcción del conocimiento. En este contexto, la micropolítica del trabajo emerge como un campo analítico relevante para comprender las relaciones de poder, los procesos de subjetivación, las estrategias de resistencia y la producción de sentidos que se desarrollan en el cotidiano de las prácticas laborales. **Objetivo:** Analizar las intersecciones y tensiones entre la micropolítica del trabajo y los procesos formativos en salud y educación, explorando las estrategias de resistencia y los sentidos producidos en estas interfaces. **Metodología:** Se trata de una revisión narrativa de la literatura, con enfoque cualitativo y carácter teórico-reflexivo. La búsqueda se realizó en las bases de datos SciELO, LILACS, MEDLINE/PubMed y Google Scholar, utilizando descriptores relacionados con micropolítica, educación permanente, trabajo en salud y formación profesional, con un recorte temporal de 2010 a 2025. El análisis se llevó a cabo de manera interpretativa y crítica, identificando categorías vinculadas a las relaciones de poder, la resistencia y la producción de sentidos. **Resultados:** Los resultados evidencian que la micropolítica influye directamente en la efectividad de la educación permanente, favoreciendo la reflexión sobre las prácticas, el autoanálisis y la construcción colectiva de saberes. Se destacan la formación en el cotidiano, el protagonismo de los trabajadores, la gestión participativa y la creación de estrategias innovadoras para cualificar el cuidado y la organización del trabajo. **Conclusión:** Se concluye que la micropolítica constituye un campo dinámico que moldea las relaciones, promueve resistencias y potencia la construcción de sentidos, contribuyendo a prácticas más humanizadas, críticas y alineadas con las necesidades de los servicios y de los usuarios.

Palabras clave: Flujo de Trabajo. Práctica Profesional. Relaciones Interprofesionales. Prácticas Interdisciplinarias. Desempeño Profesional.

I INTRODUÇÃO

As transformações contemporâneas nos mundos do trabalho têm produzido impactos significativos nos campos da saúde e da educação, especialmente no que se refere aos modos de formar, trabalhar e produzir cuidado e conhecimento. Nesse contexto, a micropolítica do trabalho emerge como um campo de análise crucial para compreender as relações de poder, as estratégias de resistência e os processos de produção de sentidos que se desenvolvem no cotidiano dessas práticas (Rodrigues et al., 2021).

Os processos formativos não se limitam à transmissão de conteúdo ou técnicas, mas se constituem como espaços vivos de disputas, negociações e invenções cotidianas. (Piontkovsky et al., 2016)

É nas dobras do trabalho real, atravessadas por relações de poder, saberes e afetos, que emergem práticas de resistência e produção de sentidos, conformando micropolíticas que orientam modos de agir, aprender e cuidar.

Transformações do trabalho em saúde e educação

Nas últimas décadas, os campos da saúde e da educação têm sido atravessados por profundas transformações nos modos de organização do trabalho, fortemente marcadas por processos de racionalização, intensificação e padronização das práticas. (Nedel et al., 2021)

A incorporação de lógicas gerencialistas, de dispositivos de avaliação e de metas de desempenho tem reconfigurado o cotidiano laboral, produzindo tensionamentos entre o trabalho prescrito e o trabalho efetivamente realizado. (Moro & Amazarray, 2019)

Nesse cenário, profissionais da saúde e da educação veem-se convocados a responder a múltiplas demandas institucionais, muitas vezes contraditórias, que incidem sobre seus modos de agir, ensinar, cuidar e aprender. (Fischborn et al., 2016)

Tais transformações não se limitam à dimensão organizacional, mas incidem diretamente sobre os processos de subjetivação e sobre a produção de sentidos no trabalho.

A intensificação do ritmo laboral, a precarização dos vínculos e a ampliação das exigências técnicas e emocionais impactam a autonomia profissional e reconfiguram as relações entre trabalhadores, usuários e instituições. (Franco et al., 2010)

Ao mesmo tempo, esses contextos produzem brechas nas quais emergem práticas inventivas e formas de resistência cotidiana, evidenciando que o trabalho em saúde e em educação se constitui como um espaço micropolítico no qual se disputam sentidos, saberes e modos de existência. (Schweickardt et al., 2015)

Micropolítica do trabalho e processos formativos

A micropolítica do trabalho refere-se aos modos como as relações de poder, os saberes, os afetos e os desejos se produzem e se atualizam no cotidiano das práticas laborais, para além das normativas institucionais e dos dispositivos formais de gestão. Nesse sentido, ela permite analisar as "linhas de fuga" e as "invenções" que os trabalhadores criam para transitar no processo de trabalho com liberdade de ação, construindo novos sentidos e práticas inovadoras (Barbosa et al., 2023; Barros et al., 2020).

Nessa perspectiva, o trabalho não é compreendido apenas como uma atividade técnica ou instrumental, mas como um espaço de produção de subjetividades, de construção de identidades e de criação de vínculos sociais. É nesse âmbito micropolítico que as formações em saúde e educação se tornam territórios de experimentação e criação, onde o movimento de produzir-se e de experimentar o mundo se dá de forma contínua e interligada (Abrahão & Merhy, 2014).

Nos campos da saúde e da educação, o trabalho não se reduz à execução de tarefas prescritas, mas se configura como um processo vivo, relacional e situado, no qual os sujeitos produzem sentidos, tomam decisões e inventam modos de agir frente às demandas concretas do dia a dia.

Assim, a micropolítica evidencia que o trabalho é também um espaço de disputa e criação, no qual se articulam controle e autonomia, regulação e invenção. Dentro dessa dinâmica, a micropolítica se manifesta por meio das tecnologias de cuidado e gestão, que, embora aparentemente neutras, são permeadas por intencionalidades e produzem efeitos concretos nas relações e nos processos de trabalho (Donaduzzi et al., 2021).

Os processos formativos, por sua vez, não se encerram nos espaços formais de ensino, mas se constituem continuamente no próprio exercício do trabalho. Isso significa que as interações e os desafios encontrados no cotidiano profissional são os verdadeiros catalisadores para a reelaboração de práticas e a construção de novos saberes, que emergem da experiência e do fazer (Yasui & García, 2018).

A formação acontece nas interações entre profissionais, estudantes, usuários e instituições, sendo atravessada pelas condições materiais, organizacionais e subjetivas do trabalho. Nessa perspectiva, aprender e formar-se implicam engajamento com os desafios reais das práticas, bem como com os conflitos, os impasses e as possibilidades que emergem no cotidiano. É no "trabalho vivo", imerso na imprevisibilidade e na interação intersubjetiva, que

os trabalhadores da saúde e educação reinventam suas autonomias e produzem sentidos, muitas vezes em resistência às forças biopolíticas (Editores, 2022; Merhy et al., 2006).

A produção de atos de saúde, um terreno onde predominam tecnologias leves, e a educação, enquanto espaço de construção coletiva de sentidos, são particularmente suscetíveis à micropolítica, visto que se desenvolvem em meio às incertezas e a um considerável grau de autonomia dos trabalhadores (Editores, 2022; Merhy et al., 2006).

Diante da argumentação, o presente estudo tem como objetivo analisar as intersecções e tensões entre a micropolítica do trabalho e os processos formativos na saúde e educação, explorando as estratégias de resistência e a produção de sentidos que emergem nessas interfaces (Spinelli, 2016).

2 LITERATURA

Para tanto, este capítulo busca mapear as principais abordagens teóricas que subsidiam a compreensão da micropolítica do trabalho e dos processos formativos, com especial atenção às suas implicações para a atuação profissional nos campos da saúde e da educação.

Além disso, procura-se identificar como a interação entre a educação e o trabalho em saúde pode gerar novos fatos e transformar realidades por meio do diálogo e da cogestão do processo de aprendizagem, destacando a relevância da experiência e das vivências na formação de profissionais engajados com os princípios do SUS (Vendruscolo et al., 2018; Yasui & García, 2018).

Esta abordagem permite reconhecer o potencial transformador da educação permanente em saúde, que se manifesta na capacidade de provocar deslocamentos nas práticas cotidianas e de incentivar a problematização constante das realidades de trabalho (Merhy et al., 2006).

Esta perspectiva alinha-se à concepção de que a construção do conhecimento no trabalho não é meramente uma articulação de saberes ou um ato individual, mas sim um processo intrinsecamente político que remodela as formas de convivência e ação coletiva (Dias & Amador, 2023).

Este processo de constante reconfiguração é fundamental para o desenvolvimento de uma formação que não apenas capacite tecnicamente os profissionais, mas que também os engaje criticamente na identificação e resolução de problemas, promovendo a inovação e a mudança institucional (Lourenço et al., 2023).

Nesse cenário, a micropolítica reconhece o espaço de trabalho como um potente criador de novas subjetividades, essenciais para a mudança institucional e para a construção de um compromisso ético-político dos sujeitos (Araújo et al., 2021).

Tal compromisso é vital para a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, conforme proposto pela Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, que enfatiza a problematização do processo de trabalho como ponto de partida para a capacitação (Goulart et al., 2020).

Essa política se alicerça na ideia de que a formação contínua deve ser um processo dinâmico e contextualizado, capaz de fomentar a interprofissionalidade e a circularidade dos afetos entre os trabalhadores (Figueiredo et al., 2022).

A micropolítica, nesse sentido, opera como um dispositivo de educação permanente em saúde, uma vez que revela as linhas que buscam capturar o trabalho vivo dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que expõe os fluxos que operam por outras lógicas, não predeterminadas (Donaduzzi et al., 2021).

Essa dinâmica possibilita uma "pedagogia em ato", onde a reflexão sobre as situações cotidianas e a resolução de "nós críticos" do trabalho se tornam o cerne do aprendizado e do desenvolvimento profissional (Rodrigues et al., 2021; Schweickardt et al., 2015). Adicionalmente, a Educação Permanente em Saúde pode ser compreendida como uma "caixa de ferramentas" micropolíticas, expandindo a autonomia dos trabalhadores e construindo espaços coletivos para práticas que respondam às necessidades dos usuários, moduladas pelo trabalho vivo (Rodrigues et al., 2021).

Essa abordagem permite que a educação permanente atue diretamente na micropolítica do processo de trabalho, promovendo uma aprendizagem significativa que impacta a realidade dos serviços e dos trabalhadores (Rodrigues et al., 2021).

A concretização dessas mudanças nos serviços de saúde exige intervenção nos espaços de encontro entre trabalhador e usuário, no "trabalho vivo em ato", onde a micropolítica se manifesta e onde as práticas são transformadas (Sampaio & Messias, 2022).

Desse modo, o processo autoanalítico dos trabalhadores, ao refletir sobre as intencionalidades de suas ações e o uso das tecnologias de trabalho, confere potência à produção cotidiana, produzindo o cuidado de si para o cuidado do outro (Rodrigues et al., 2021).

Essa dinâmica é fundamental para o aprimoramento contínuo da qualidade do atendimento e para a ressignificação das relações estabelecidas no âmbito da saúde, conforme

preconiza a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, que se propõe a ser uma estratégia de qualificação de trabalhadores e gestão (Goulart et al., 2020; Silva et al., 2016).

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, do tipo revisão narrativa da literatura, com caráter teórico-reflexivo, voltado à análise da micropolítica do trabalho e suas interfaces com os processos formativos nos campos da saúde e da educação. A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE/PubMed) e Google Scholar, selecionadas em razão de sua relevância para a produção científica nas áreas investigadas.

Foram utilizados os descritores “micropolítica do trabalho”, “educação permanente em saúde”, “processos formativos”, “trabalho em saúde” e “formação profissional”, bem como seus correspondentes em inglês “micropolitics of work”, “continuing health education”, “training processes”, “health work” e “professional education” combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, a fim de ampliar a sensibilidade da busca.

Como critérios de inclusão, consideraram-se artigos originais, estudos de revisão e produções teóricas disponíveis na íntegra, publicados nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem diretamente a micropolítica, o trabalho e os processos formativos na saúde e na educação.

Foram excluídos estudos duplicados, publicações que não dialogavam com o objeto proposto, resumos, editoriais, textos sem rigor científico e trabalhos indisponíveis na íntegra.

Adotou-se um recorte temporal de 2010 a 2025, com o objetivo de contemplar produções contemporâneas e relevantes para o debate acadêmico, sem desconsiderar obras clássicas fundamentais à sustentação teórica do campo.

A análise do material ocorreu de forma interpretativa e crítica, permitindo a identificação de categorias relacionadas às relações de poder no trabalho, às estratégias de resistência e à produção de sentidos nos processos formativos, contribuindo para uma compreensão ampliada das dinâmicas micropolíticas presentes no cotidiano profissional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste contexto, a análise dos resultados e discussões buscará evidenciar como as dinâmicas micropolíticas influenciam a efetivação da educação permanente em saúde e educação, bem como as estratégias de resistência e os sentidos produzidos pelos profissionais.

Micropolítica do trabalho e tensões institucionais

A micropolítica, ao expor a atuação dos trabalhadores e suas interações, revela as disputas de interesse e a capacidade de agência na produção de atos de saúde, elementos cruciais para a compreensão das tensões que emergem nas instituições (Goulart et al., 2020).

Isso porque a educação permanente se configura como um instrumento estratégico para a gestão do trabalho e do cuidado, capaz de ressignificar as práticas e promover a subjetivação dos profissionais, transformando-os em agentes inovadores em seus próprios processos de trabalho (Santos et al., 2021).

Essa ressignificação permite que as ações de saúde sejam constantemente problematizadas e reconstruídas, fomentando a reflexão sobre as práticas cotidianas e o desenvolvimento de novas abordagens (Goulart et al., 2020; Leite & Rocha, 2017).

Tal dinamismo é essencial para que os profissionais se sintam motivados e engajados na construção de um cuidado mais qualificado e alinhado às necessidades da população (Lamante et al., 2019; Leite & Rocha, 2017).

Nesse sentido, a educação permanente em saúde assume um papel crucial ao possibilitar a visualização das problemáticas implícitas ao cotidiano de trabalho, facilitando a observação de desafios e lacunas de conhecimento que estimulam a autorreflexão individual e coletiva dos trabalhadores (Barbosa et al., 2023).

Isso fortalece a capacidade de adaptação e inovação, permitindo que a equipe desenvolva respostas mais eficazes e contextualizadas aos desafios emergentes no setor da saúde (Rodrigues et al., 2021; Santos et al., 2021).

Formação no cotidiano e produção de saberes

Essa autoanálise contínua, onde os trabalhadores avaliam suas práticas e o processo de trabalho diário, fomenta a criação de novos conhecimentos e a ressignificação das atividades laborais (Santos et al., 2021).

Essa abordagem proativa, que valoriza o agir criativo e o diálogo no próprio espaço de trabalho, transforma o cotidiano em um laboratório de inovações, onde a gestão do trabalho e o sentido do fazer se tornam um ato coletivo e implicado (Merhy et al., 2006). A educação

permanente em saúde, nesse contexto, atua como um catalisador para a produção de redes de ciência e saberes, integrando aportes inter e multidisciplinares, e desenvolvendo a sensibilidade ao outro (Editores, 2022).

A articulação entre a teoria e a prática, mediada pela educação permanente, converte o ambiente de trabalho em um espaço de construção coletiva de conhecimento e de reinvenção das práticas, promovendo o protagonismo dos trabalhadores (Pires et al., 2018; Zancan & Canan, 2023). É nesse cenário que a micropolítica do trabalho se manifesta, através da problematização e da autoanálise, como uma ferramenta potente para a gestão e qualificação dos processos de trabalho em saúde (Moreira et al., 2017)

Estimulando a reflexão coletiva e a produção de conceitos e práticas alternativas para enfrentar os desafios cotidianos (Rodrigues et al., 2021). Essa abordagem não apenas permite que os profissionais identifiquem e superem as dificuldades inerentes ao seu dia a dia, mas também cria um ambiente propício para a inovação e a atualização das práticas assistenciais e de gestão (Merhy et al., 2006).

A gestão do coletivo, por meio da participação direta dos trabalhadores, democratiza os espaços de atuação e desenvolve a capacidade de aprender e ensinar, permitindo a criação de estratégias criativas para a melhoria da qualidade da atenção à saúde e a humanização do atendimento (Rodrigues et al., 2021).

Tal envolvimento permite que os profissionais sejam coautores de seu próprio processo de reinvenção institucional, integrando novos conhecimentos no cuidado, gestão e formação em saúde (Rodrigues et al., 2021; Zancan & Canan, 2023).

Isso se manifesta na capacidade de adaptação e na construção de novas competências e habilidades profissionais, que são fundamentais para responder às demandas dinâmicas da saúde (Fonseca et al., 2023).

A partir da integração de saberes e experiências, emergem novas estratégias e práticas que podem otimizar o cuidado, a gestão e a própria formação em saúde, potencializando o diálogo e a construção coletiva de soluções inovadoras (Donaduzzi et al., 2021).

Essas interações possibilitam a constituição de "um humanismo científico", que valoriza a ação educativa e solidária entre trabalhadores e usuários, bem como entre os próprios trabalhadores, promovendo uma gestão participativa e terapêutica (Matos et al., 2018).

Resistências, sentidos e subjetivações

Nesse contexto, a compreensão do trabalho como uma atividade dinâmica, em que os trabalhadores constantemente interagem com suas condições de trabalho e com os usuários, é

fundamental para desvelar as resistências e a produção de sentidos nas interfaces entre as formações (Fischborn et al., 2016).

Essa perspectiva, ao reconhecer a capacidade de agência dos sujeitos, permite identificar como as micropolíticas cotidianas influenciam a reorganização dos serviços e das práticas em saúde (Filho & Lima, 2019; Ramos, 2013).

A partir disso, a análise dos processos de formação-intervenção revela-se crucial para a ressignificação de saberes e poderes instituídos, possibilitando a emergência de novos modos de fazer saúde (simples, 2016).

Tais processos não apenas questionam as lógicas dominantes, mas também impulsionam a construção de uma saúde mais humanizada e alinhada às necessidades da população, fomentando a corresponsabilidade e a autonomia dos sujeitos (Coelho et al., 2023; Trad & Esperidião, 2009).

Nesse sentido, a problematização da experiência e da vivência dos trabalhadores permite a elaboração de processos de produção de saúde que ampliam a democratização institucional e desestabilizam os processos de exploração (Yasui & García, 2018). É a partir dessa análise crítica das práticas que se torna possível sustentar modos de cuidado mais inventivos e fortalecer a saúde dos próprios trabalhadores (Jundi et al., 2025).

10

A micropolítica do trabalho emerge, então, como um campo fértil para a investigação e intervenção, ao considerar a prática e o potencial micropolítico do cotidiano, onde acontecimentos, encontros, relações e afetos moldam a gestão e os serviços de saúde (Schweickardt et al., 2015).

Nesse espaço, as forças não abstratas se instauram nos processos relacionais entre gestores, trabalhadores e usuários, constituindo campos de força que moldam os modos de estar nos encontros e os processos de subjetivação (Lcm, 2021).

Consequentemente, observa-se uma constante disputa pela orientação e organização do trabalho, onde as subjetividades se encontram e se produzem no ato do cuidado, desafiando as abordagens clássicas e revelando a invisibilidade de certas questões (Schweickardt et al., 2016).

A micropolítica, nesse contexto, pode atuar tanto como um fator restritivo quanto como um propulsor para o acesso e a qualidade do cuidado, dependendo das dinâmicas relacionais e dos projetos singulares que emergem entre os atores envolvidos (Editores, 2022; Franco & Merhy, 2009). É nos encontros do cotidiano, permeados por saberes e concepções distintas entre produtores e consumidores de cuidado, que as tecnologias leves se manifestam, permitindo que

os trabalhadores atuam tecnicamente e assistencialmente, colocando o usuário e suas necessidades no foco da atenção e prática (expandido, 2016).

Essa centralidade do usuário, impulsionada pela autonomia e criatividade do trabalhador, reflete a inevitabilidade de sua implicação na produção da vida e na microgestão do cuidado em saúde, a cada interação (Assis et al., 2010).

CONCLUSÃO

Conclui-se que a micropolítica do trabalho é um campo dinâmico que influencia diretamente a produção do cuidado e as relações interpessoais nos serviços de saúde (Editores, 2022).

De fato, a análise micropolítica do trabalho revela a constante interação entre as dimensões do poder, do saber e do agir, moldando a prestação de serviços de saúde e a experiência tanto dos trabalhadores quanto dos usuários (Editores, 2022a, 2022b).

Assim, a micropolítica se manifesta no cotidiano dos serviços, nas relações interpessoais e nas estratégias de superação das limitações impostas pelas normas e pela própria estrutura do sistema (Argiles et al., 2018; Franco & Merhy, 2011).

Ademais, ao debruçar-se sobre as práticas cotidianas, é possível perceber como os atravessamentos biopolíticos capturam os trabalhadores, mas também como as estratégias de escape produzem campos singulares e potentes de produção do cuidado (Editores, 2022).

É nesse cenário de tensões e agenciamentos que a micropolítica se efetiva, promovendo a construção de sentidos e resistências (Editores, 2022).

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, A. L., & Merhy, E. E. (2014). Formação em saúde e micropolítica: sobre conceitos-ferramentas na prática de ensinar. *Interface - Comunicação Saúde Educação*, 18(49), 313. <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0166>

ALVES, Paula Larissa Nascimento et al. OPACIFICAÇÃO COMO CATEGORIA ANALÍTICA NA SAÚDE COLETIVA: PROCESSOS DE PRODUÇÃO DO CUIDADO, PODER INSTITUCIONAL E CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. *Revista de Geopolítica*, v. 17, n. 1, p. e1317-e1317, 2026. DOI: <https://doi.org/10.56238/revgeov17n1-076>.

ARAÚJO, A. B. G. de, Souza, C. M. da S., Brandão, G. C. G., & Ferreira, A. I. (2021). EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: ESTRATÉGIA NO PROCESSO DE TRABALHO. *DESAFIOS Revista Interdisciplinar Da Universidade Federal Do Tocantins*, 8(3), 9. <https://doi.org/10.20873/uftv8-9133>

ARAÚJO, Flávio Eduardo Silva et al. A SAÚDE COLETIVA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO: INTERCÂMBIO DE SABERES ENTRE PROFISSIONAIS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, v. 21, n. 02, p. 1-19, 2025. DOI: <https://doi.org/10.61164/woaxck40>.

Argiles, C. T. L., Andrade, A. P. M. de, Kantorski, L. P., & Willrich, J. Q. (2018). Procedimientos de subjetivación de trabajadores y usuarios en las relaciones micropolíticas del modo de atención psicosocial. *Avances En Psicología Latinoamericana*, 36(2), 285. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.5181>

Assis, M. M. A., Nascimento, M. Â. A. do, Franco, T. B., & Jorge, M. S. B. (2010). Produção do cuidado no Programa Saúde da Família: olhares analisadores em diferentes cenários. In *EDUFBA eBooks*. <https://doi.org/10.7476/9788523208776>

Barbosa, G. V., Cortez, E. A., Valente, G. S. C., Dutra, V. F. D., Messias, C. M., & Almeida, Y. S. de. (2023). Educação permanente na reorganização do processo de trabalho de uma emergência hospitalar: um diagnóstico situacional. *Revista Pró-UniverSUS*, 14(3), 97. <https://doi.org/10.21727/rpu.v14i3.3910>

Barros, M. E. B. de, Cruz, C. B., & Zahn, J. D. R. F. (2020). Saúde e trabalho na educação: lutas a partir do Fórum Cosate. *Mnemosine*, 16(1). <https://doi.org/10.12957/mnemosine.2020.52686>

Coelho, E. B. S., Lindner, S. R., Bolsoni, C. C., Faust, S. B., & Conceição, T. B. (2023). GESTÃO PARTICIPATIVA E COGESTÃO (p. 58). <https://doi.org/10.22533/at.ed.0492309064>

Dias, L. G., & Amador, F. S. (2023). Trabalho, formação e política em debate na pesquisa-intervenção em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de Porto Alegre (RS). *Cadernos de Psicologia Social Do Trabalho*, 26. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.cpst.2023.193406>

Donaduzzi, D. S. da S., Fettermann, F. A., Colomé, J. S., & Beck, C. L. C. (2021). Educação permanente em saúde como dispositivo para transformação das práticas em saúde na atenção básica. *Research Society and Development*, 10(5). <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i5.14648>

DUARTE, Franciely Fernandes et al. INOVAÇÃO SOCIAL E SAÚDE COLETIVA: ESTRATÉGIAS COLABORATIVAS PARA O BEM-ESTAR POPULACIONAL. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 11, n. 7, p. 3013-3021, 2025. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v11i7.20451>.

Editores, S. em R. (2022a). Anais 14 ° Congresso Internacional da Rede Unida - parte II. *Saúde Em Redes*, 6, 11. <https://doi.org/10.18310/2446-4813.2020v6n3sup11>

Figueiredo, E. B. L. de, Souza, Â. C. de, Silva, A. L. A. da, Honorato, L. T., & Paquiela, E. O. de A. (2022). Educação Permanente em Saúde: uma política interprofissional e afetiva. *Saúde Em Debate*, 46(135), 1164. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213515>

Filho, H. F. P., & Lima, R. R. T. de. (2019). Gestão participativa em unidades básicas de saúde: uma proposta para reinventar o trabalho em saúde. *Research Society and Development*, 9(1). <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i1.1872>

Fischborn, A. F., Viegas, M. F., & Savegnago, J. de F. (2016). HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO EM SAÚDE COMO OBJETIVO DA INTERVENÇÃO E PESQUISA NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS. *Revista Da FAEEBA- Educação e Contemporaneidade*, 25(46), 105. <https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2016.v25.n46.p105-120>

Fonseca, E. N. R. da, Cunha, S. M. R. de A. S., Carneiro, M. T. D., Barbosa, K. K. da S., Batista, M. da C., Ferreira, F. C. R., França, S. M. de, Marques, M. L. F. de C., Bastos, M. de L. F., & Medeiros, E. (2023). Educação permanente em saúde: desafios e potencialidades para o processo de trabalho. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 23(7). <https://doi.org/10.25248/reas.e13480.2023>

Franco, T. B., & Merhy, E. E. (2009). Mapas analíticos: una mirada sobre la organización y sus procesos de trabajo. *Salud Colectiva*, 5(2), 181. <https://doi.org/10.18294/sc.2009.259>

Franco, T. B., & Merhy, E. E. (2011). El reconocimiento de la producción subjetiva del cuidado. *Salud Colectiva*, 7(1), 9. <https://doi.org/10.18294/sc.2011.251>

Franco, T., Druck, G., & Seligmann-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35(122), 229. <https://doi.org/10.1590/s0303-76572010000200006>

Goulart, W. S. L., Neto, E. T. dos S., & Esposti, C. D. D. (2020). A EDUCAÇÃO PERMANENTE E SUA INFLUÊNCIA NA MICROPOLÍTICA DO TRABALHO EM SAÚDE BUCAL. *Tempus Actas de Saúde Coletiva*, 13(3). <https://doi.org/10.18569/tempus.v13i3.2646>

GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias et al. AVALIAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO: INTERFACES COM A GESTÃO E A EDUCAÇÃO PERMANENTE. *Revista DCS*, v. 22, n. 84, p. e3767-e3767, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54899/dcs.v22i84.3767>

GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias et al. EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO EM SAÚDE: ESTRATÉGIAS INTERSETORIAIS NA CONSTRUÇÃO DA INTEGRALIDADE DO CUIDADO. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, v. 1, n. 02, p. 1-15, 2026. DOI: <https://doi.org/10.61164/kefnws37>

GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias et al. Gestão Participativa na Saúde Coletiva: Caminhos para a Efetivação de Políticas Públicas Locais. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 7, n. 2, p. 1495-1503, 2025. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n2p1495-1503>

JUNDI, N. da C. E., Poersch, A. L., Castan, J. U., & Gomes, R. C. D. (2025). Saúde mental e processos de trabalho em uma unidade de internação psiquiátrica: uma pesquisa-intervenção com trabalhadores. *Revista Psicologia Diversidade e Saúde*, 14. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpsds.2025.e6086>

LAMANTE, M. P. S., Chirelli, M. Q., Pio, D. A. M., Tonhom, S. F. da R., Capel, M. C. M., & Corrêa, M. E. da S. H. (2019). A educação permanente e as práticas em saúde: concepções de uma equipe multiprofissional. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 7(14), 230. <https://doi.org/10.33361/rpq.2019.v.7.n.14.268>

LCM, F. (2021). [Work and subjectivity: reflections on experiences dealing with COVID-19 in the Brazilian Unified Health System]. *Salud Colectiva*, 17. <https://doi.org/10.18294/sc.2021.3356>

LEITE, L. dos S., & Rocha, K. B. (2017). Educação Permanente em Saúde: Como e em que espaços se realiza na perspectiva dos profissionais de saúde de Porto Alegre. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 22(2). <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20170021>

LOURENÇO, L. V., Coelho, K. S. C., & Merhy, E. E. (2023). Prácticas de educación permanente en atención primaria a la salud para el abordaje de personas usuarias con tuberculosis. *Salud Colectiva*, 19. <https://doi.org/10.18294/sc.2023.4542>

MATOS, B. G. de, Ribeiro, S. F. R., & Pina, E. C. P. S. (2018). Educação permanente em saúde e equipes do NASF: revisão de literatura. *Revista Psicologia Diversidade e Saúde*, 7(3), 493. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v7i3.1727>

MERHY, E. E., Feuerwerker, L. C. M., & Ceccim, R. B. (2006). Educación permanente en salud: una estrategia para intervenir en la micropolítica del trabajo en salud. *Salud Colectiva*, 2(2), 147. <https://doi.org/10.18294/sc.2006.62>

MOREIRA, K. S., Lima, C. de A., Vieira, M. A., & Costa, S. de M. (2017). EDUCAÇÃO PERMANENTE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA ATENÇÃO BÁSICA. *Saúde e Pesquisa*, 10(1), 101. <https://doi.org/10.17765/1983-1870.2017v10n1p101-109>

Moro, A. L. C., & Amazarray, M. R. (2019). Trabalho, subjetividade e gestão gerencialista. *Cadernos de Psicologia Social Do Trabalho*, 22(2), 117. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v22i2p117-130>

NEDEL, M. Z., Jurca, R. de L., Rizek, C. S., & Buzzar, M. A. (2021). Direitos sociais às margens: um debate sobre políticas públicas de educação e saúde em dois estudos de caso de Saint-Denis. *Risco Revista de Pesquisa Em Arquitetura e Urbanismo (Online)*, 19, 1. <https://doi.org/10.11606/1984-4506.risco.2021.182394>

PIONTKOVSKY, D., Ferraço, C. E., & Gomes, M. R. L. (2016). As práticas-políticas curriculares em seus atravessamentos com as operações culturais cotidianas. *Revista Espaço Pedagógico*, 23(1). <https://doi.org/10.5335/rep.v23i1.6361>

PIRES, F. S., Fonsêca, G. S., & Botazzo, C. (2018). SEMINÁRIOS AUTOPOIÉTICOS: DIÁLOGOS E PERCURSOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE. *Saberes Plurais Educação Na Saúde*, 2(3), 23. <https://doi.org/10.54909/sp.v2i3.87659>

RAMOS, F. T. (2013). Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF): uma nova estratégia de reorganização da atenção em saúde mental? <https://doi.org/10.11606/d.17.2013.tde-14072014-115404>

RODRIGUES, D. de F., Costa, C. F. S. da, Duarte, P., & Silva, P. C. (2021). Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Educação Permanente em Saúde: uma construção de vínculo entre a educação e o trabalho. *Research Society and Development*, 10(5). <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i5.14491>

RODRIGUES, G. V. B., Cortez, E. A., Almeida, Y. S. de, & Santos, E. C. G. dos. (2021). Processo de educação permanente sob a micropolítica do trabalho vivo em ato de Emerson Merhy: reflexão teórica. *Research Society and Development*, 10(1). <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11514>

RORIZ, Fernanda Aguiar Silvestre *et al.* A SAÚDE COLETIVA NO COTIDIANO DA ATENÇÃO BÁSICA: PRÁTICAS, SABERES E DESAFIOS. ARACÊ, v. 7, n. 6, p. 31036-31046, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev7n6-114>.

Sampaio, R. M. de O. S. L., & Messias, C. M. (2022). As tecnologias relacionais e a Educação Permanente na atenção obstétrica: uma reflexão teórica. *Revista Pró-UniverSUS*, 13, 106. <https://doi.org/10.21727/rpu.v13iespecial.3412>

SANTOS, A. R. dos, Santos, R. M. M., Franco, T. B., Matumoto, S., & Vilela, A. B. A. (2021). EDUCAÇÃO PERMANENTE NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: POTENCIALIDADES E RESSIGNIFICAÇÕES. *Revista de Enfermagem UFPE on Line*, 15(1). <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2021.245355>

SCHWEICKARDT, J. C., Lima, R. T. de S., Ferla, A. A., & Martinó, A. (2016). O “PROGRAMA MAIS MÉDICOS” E O TRABALHO VIVO EM SAÚDE EM UM MUNICÍPIO DA AMAZÔNIA, BRASIL. *Saúde Em Redes*, 2(3), 328. <https://doi.org/10.18310/2446-4813.2016v2n3p328-341>

SCHWEICKARDT, J. C., Lima, R. T. S., Ceccim, R. B., Ferla, A. A., & Chaves, S. E. (2015). Educação permanente em gestão regionalizada da saúde: saberes e fazeres no território do Amazonas. <https://doi.org/10.18310/9788566659429>

SILVA, L. A. A. da, Schmidt, S. M. S., Noal, H. C., Signor, E., & Gomes, Í. E. M. (2016). Avaliação da educação permanente no processo de trabalho em saúde. *Trabalho Educação e Saúde*, 14(3), 765. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00015>

SPINELLI, H. (2016). Volver a pensar en salud: programas y territorios. *Salud Colectiva*, 12(2), 149. <https://doi.org/10.18294/sc.2016.976>

TRAD, L. A. B., & Esperidião, M. A. (2009). Participative management and co-responsibility in healthcare: limits and possibilities within the scope of the Family Health Strategy. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 13, 557. <https://doi.org/10.1590/s1414-32832009000500008>

VENDRUSCOLO, C., Ferraz, F., Prado, M. L. do, Kleba, M. E., & Martini, J. G. (2018). Instâncias intersetoriais de gestão: movimentos para a reorientação da formação na Saúde. *Interface - Comunicação Saúde Educação*, 22, 1353. <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0180>

YASUI, S., & García, C. (2018). Reflexões sobre a formação para o SUS e sua articulação com a pesquisa e a in(ter)venção nos cenários das práticas e dos serviços. *Interação Em Psicologia*, 22(3). <https://doi.org/10.5380/psi.v22i3.56076>

ZANCAN, J. A., & Canan, S. R. (2023). EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: POLÍTICAS E PROCESSOS. *Revista de Ciências Humanas*, 24(1), 159. <https://doi.org/10.31512/19819250.2023.24.01.159-173>